



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

DANIELY DO ROSÁRIO

**A EDUCAÇÃO POPULAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA INSERIDA
DENTRO DO CURRÍCULO ESCOLAR**

PARANAGUÁ

2018

DANIELY DO ROSÁRIO

**A EDUCAÇÃO POPULAR E A GESTÃO DEMOCRÁTICA INSERIDA
DENTRO DO CURRÍCULO ESCOLAR**

Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão e obtenção do grau de Especialista do Curso de Gestão e Processos em Educação, Diversidade e Inclusão, Setor Litoral da Universidade Federal do Paraná,.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Fagundes

PARANAGUÁ

2018

A Educação Popular e a Gestão Democrática inseridas dentro do Currículo Escolar

Daniely do Rosário

RESUMO

Este artigo visa trabalhar com os principais pontos relativos a Educação Popular e Gestão Democrática, de modo a ressaltar seus conceitos, contextos e como devem ser aplicados, e, por fim, por que esse método de aplicação não obtém resultados eficientes. Com relação a Educação Popular, a ideia de valorizar a cultura popular e inseri-la no currículo acadêmico, é uma das possíveis respostas a exigência, cada vez maior, de que a pluralidade seja, não somente de reconhecida, mas também uma incluída após anos de marginalização. Já se tratando de Gestão Democrática, esta também exalta a pluralidade, e faz com que a cidadania e a democracia sejam passíveis de serem praticadas em ambiente escolar, e, desse modo, aprendidos pelos educandos, tanto na teoria, quanto na ação. Além de, ao envolver a comunidade no seio do espaço escolar, a Gestão Democrática também oferece maior qualidade do ensino, visto que, o currículo acadêmico se torna mais próximo a realidade, e, conseqüentemente, mais interessante, quando se há o envolvimento da sociedade para elaborá-lo. Cabe ressaltar que ambas as práticas, Educação Popular e Gestão Democrática, dependem de uma ativa participação da comunidade em que a escola se situa, o que é, comitadamente, a característica mais importante destes conceitos e a mais difícil de ser realizada.

Palavras-chave: Educação Popular, Gestão Democrática, Currículo, Comunidade.

Índice

1. Possíveis definições para a Educação Popular.....	5
1.1 O contexto em que a Educação Popular surge	5
1.2 Perspectivas da Educação Popular.....	7
1.3 Como a Educação Popular deve ser aplicada dentro.....	8
do ambiente escolar público	
2. Uma primeira definição de Gestão e Gestão Democrática.....	10
2.1 Contexto em que surge a Gestão Democrática.....	11
2.2 Como a Gestão Democrática deve ser aplicada no.....	12
ambiente escolar público	
3. Metodologia.....	15
4. Considerações finais.....	15
5. Referências.....	16

1. Possíveis definições para Educação Popular

Com temas como a pluralidade sendo cada vez mais postos em pautas e até mesmo exigidos pelo corpo social, a Educação Popular é tida como essencial para trilhar esse caminho de democratização no campo educacional.

A Educação Popular tem como princípio norteador a valorização das culturas populares, ao aliar os entendimentos das classes baixas à educação formal, contudo, para que esse conceito possa ser realizável, a Educação Popular depende do exercício da cidadania, visto que, para que esse processo de valorização do conhecimento popular seja possível é imprescindível a participação popular na organização popular, conforme definido por Paulo Freire, grande expoente do tema:

“entendo a educação popular como esforço de mobilização, organização e capacitação das classes populares; capacitação científica e técnica. Entendo que esse esforço não se esquece, que é preciso poder, ou seja, é preciso transformar essa educação do poder burguês que está aí, para que se possa fazer escola de outro jeito. Em uma “primeira definição” eu aprendo desse jeito. Há estreita relação entre escola e vida política.”¹

Sendo assim, a Educação Popular trata de um exercício conjunto da comunidade a fim de valorizar seu conhecimento próprio, e com isso, possibilitar uma transformação no conteúdo escolar clássico, o que repercute não somente na figura individual do educando, mas em todo o conjunto social em que a escola está inserida.

1.1 O contexto e conceitos da Educação Popular

A educação é constantemente resignificada e a Educação Popular ganha espaço em um contexto de relevância das questões populares, ao passo que, insere a escola como instituição primordial da sociedade, inserida em meio a uma comunidade, que é parte atuante na forma de leitura de mundo dos educandos. Dessa forma, a educação formal ganha todo um contexto social que influi no aprendizado, portanto, a resignificação da educação formal aliada

¹ FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano: Teoria e Prática em Educação Popular, 4ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1993; P. 19.

a Educação Popular é essencial para um aprendizado inclusivo e que leve pluralidades em conta.

A educação popular ganha evidência em meio a um contexto múltiplo, de variáveis como os movimentos populares e como o exodo rural, que acarretou na urbanização e na necessidade da educação desses migrantes, a fim do progresso do país.

Com a forma de fazer política permitindo preocupações dessa categoria, ou seja, com os movimentos populares levantando a pauta da importância da educação popular, aliado a linha de visão que educação era essencial ao progresso, a precarização do ensino se tornou nítida e o foco dessa questão era, principalmente, para com as classes mais baixas. Dessa forma, a relação entre a educação e a transformação social era de extrema relevância, visto que, se buscava não apenas uma educação que transformasse pessoas, mas “uma educação que refletisse com as pessoas a transformação de um país inteiro”.²

Sendo assim, a educação popular é a resposta às necessidades dessa população excluída, que “requer um aprofundamento complexo sobre os fundamentos dessa educação a ser direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir de sua realidade”.³

As classes populares, portanto, detêm um saber subvalorizado e são historicamente excluídas da educação formal da sociedade, o que demonstra a importância de se formar uma educação pautada no conhecimento do saber do povo, de modo ao oprimido deixar esta condição através da criação de entendimento da classe oprimida.

Desse modo, a Educação Popular se mostra necessária não apenas para valorizar esse conhecimento popular historicamente marginalizado, mas também como uma resignificação do próprio ensino formal ao levar em consideração que as classes populares detêm o direito de serem ativas na criação do conhecimento.

²FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano: Teoria e Prática em Educação Popular, 4º Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1993; P. 17.

³ MACIEL, Karen de Fátima: O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular em: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, jul./dez. 2011. P. 328.

1.2 Perspectivas da Educação Popular

Já tendo sido explicitado anteriormente o que é ,e, as possíveis definições de Educação Popular, esse trabalho discorre sobre as diferentes concepções sobre Educação Popular, a partir da ótica de Carlos Rodrigues Brandão.

A primeira linha de pensamento sobre a Educação Popular, segundo Brandão, é relacionada a falta de reconhecimento como uma opção de educação, por ser vista como uma prática obsoleta e não científica, o que não é valorizado em nossa sociedade. A segunda concepção trata da perspectiva cultural da Educação Popular, já que, como explicitado no tópico anterior, por suas raízes é predominantemente relacionada a movimentos sociais, ao invés de educação.

Já a terceira linha de raciocínio sobre a Educação popular pauta-se nas ideias do educador Paulo Freire, constituindo-se na alfabetização de jovens adultos de classes menos privilegiadas e dos movimentos de educação de base, que liga projetos de alfabetização à ação comunitária.

Com relação a quarta concepção, esta demonstra a diversidade da vivência da Educação Popular, de modo a ser vigente e pluralmente integrante da contemporaneidade da educação. Sendo assim, segundo Brandão, a Educação Popular não pode ser entendida como uma ocorrência pontual, e definido pela tentativa de estender o trabalho pedagógico a outras visões culturais e a um vínculo entre a ação cultural e a prática de política. Sendo assim:

“a educação popular foi e prossegue sendo uma sequência de ideias e de propostas de um estilo de educação em que tais vínculos são reestabelecidos em diferentes momentos da história, tendo como foco sua vocação um compromisso de ida-e-volta nas relações pedagógicas de teor político realizadas através de um trabalho cultural estendido a sujeitos das classes populares compreendidos como não beneficiários tardios de um “serviço”, mas como protagonistas emergentes de um “processo”.⁴

⁴BRANDÃO, Carlos Rodrigues: A educação Popular na Escola Cidadão. São Paulo, Editora Vozes, 2002, P. 141 e 142

1.3 Como a Educação Popular deve ser aplicada dentro do ambiente escolar público

Na contemporaneidade, a função da Educação Popular na vida dos indivíduos se transformou, de modo que, a luta ultrapassa as questões do conteúdo acadêmico ser formal e burocrático, desprezando assim o conhecimento popular, e se voltou a natureza social do ambiente escolar. Sendo assim: “Essa escola “democratizada” não garante por si só a prática efetiva da educação popular, mas sua ausência inviabiliza qualquer prática popular no âmbito escolar”.⁵

É relevante enfatizar, portanto, que a educação na realizada demonstra a preocupação e as necessidades da comunidade onde esse ensino ocorre, ou seja, mesmo em uma educação formal, a Educação Popular também inside, por que tal prática constituem em experiências de Educação Popular.

Posto isso, o grande ponto de divergência no que compete a Educação Popular é a cidadania, que aliada ao grande intervalo entre população e governo, acarreta em uma certa indiferença no que se refere a participação. Para que a Educação Popular seja efetiva, é necessário que essa participação pública realize-se, de modo que, a população interceda em aspectos que as afetam, nesse caso, a educação.

De acordo com Gadotti, a educação formal detém um papel fundamental nessa questão, visto que: “ela equipa o cidadão para dar conta do crescente volume de informações e de exigências de decisão dos próprios para a expansão das formas democráticas da vida”.⁶ É nesse contexto em que se dão as considerações de Paulo Freire e Adriano Nogueira, sobre a educação ser uma prática política, visto que “a sociedade se trasforma passo a passo com as propostas populares em educação [...]”⁷

⁵ MOURA AZEVEDO, Simone: Educação Popular na Escola Pública: Possibilidades e Limites. Porto Alegre, 2010. P. 21. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36516/000818171.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

⁶GADOTTI, Moacir: Escola Pública Popular: Educação e Políticas Públicas no Brasil, Apud: MOURA AZEVEDO, Simone: Educação Popular na Escola Pública: Possibilidades e Limites. Porto Alegre, 2010. P. 21.

⁷FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano: Teoria e Prática em Educação Popular, 4º Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1993; P. 19.

Na mesma obra, os autores ainda enfatizam a importância do conhecimento sistematizado para o levante de pautas populares, de modo que, a Educação Popular é relacionada a prática pedagógica, política e social. Esse conhecimento formal deve ser pautado em um conteúdo vinculado a realidade, ou seja, aos problemas das classes populares. Contexto esse, que ressalta a importância do educador propor a seus educandos uma formação crítica, que permita conhecer e interpretar a realidade social vivida, visto que, somente a partir desse entendimento é possível transformar essa realidade, que é o objetivo final da Educação Popular.

Um projeto de educação que vise transformar a sociedade, portanto, envolve a participação ativa dos indivíduos que são atingidos por essa transformação, por isso o aspecto político-social da perspectiva de Freire é tão relevante. Em um projeto que: “envolve as camadas oprimidas nas atividades de elaboração política e na organização de seus próprios movimentos”, a participação é fundamental, mas como já explicitado anteriormente, isso só é possível quando se há uma anterior democratização do espaço escolar. Desse modo, é somente a partir desse contexto complexo, formado por uma educação formal que estimule o pensamento crítico, um espaço acadêmico que possibilite tal inserção popular em sua organização e a prática da cidadania que a Educação Popular pode não somente ser aplicável, mas efetiva.

Sendo assim, o ambiente de ensino público deve ser dirigido ao interesse desse público, e é por isso que a Educação Popular é uma questão tão relevante, é ela que detém o papel de aprofundar os entendimentos das classes populares, ao compreender sua identidade cultural, possibilitando assim, o conhecimento crítico da sociedade, para então, transformá-la.

2. Uma primeira definição de Gestão e Gestão Democrática

No espaço escolar a gestão se dá por vários aspectos, do sentido administrativo no sentido lato à coordenação pedagógica, a perspectiva majoritária é de que a Gestão Democrática se faça presente principalmente no

questo acadêmico, ao usar meios que fomentem um conhecimento global dos educandos e educadores.

Essa gestão deve ser praticada de modo entrelaçado, para que haja um real entendimento entre a gestão pedagógica, a gestão financeira e a gestão administrativa.

Vemos a gestão pedagógica como o elo mais relevante da administração do ambiente escolartendo por finalidade o desenvolvimento e aprendizagem dos alunos e a gestão pedagógica é a responsável pelo trabalho educativo a qual deve estar de acordo com o projeto político pedagógico e demais documentos que regem a instituição.

A gestão financeira administra a gestão dos recursos financeiros, a fim de alcançar objetivos acadêmicos e estipular seu cronograma de atividades, a qual cabe a:

“orientação e monitoramento de processos, recursos e profissionais, na busca de atingir os melhores resultados. Além dos processos pedagógicos, envolve também a administração das atividades de apoio, tais como: secretaria, serviços gerais, atividades de limpeza e manutenção da estrutura física e material”⁸.

Desse modo, vemos que a escola pública faz parte de um local que interage com indivíduos inseridos em um determinado contexto social e o seu objetivo é o desenvolvimento desses indivíduos, ou seja, a gestão escolar precisa ser voltada a escola, a comunidade e aos educandos, conforme cita Santos “como um local com funções que cuidem e propiciem condições adequadas para as atividades que ocorrem dentro dos grupos escolares, visando sempre à economia e o desenvolvimento”.⁹

Para melhor compreender a Gestão Democrática, é importante ressaltar que esta não é apenas um reflexo de uma sociedade pautada na democracia, mas sim compreender que a democratização é fundamental para a qualidade

⁸SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>

⁹SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>

do ensino, pois somente ela propicia a inserção da realidade da comunidade no currículo de ensino da escola em que tal comunidade se situa.

Podemos por assim dizer que a Gestão Democrática tem em conta a democratização da pedagogia e que esta necessita de uma transformação na cultura do ensino, “a efetivação de práticas que favorecem o desenvolvimento da cidadania e o exercício da democracia”.¹⁰

2.1 Contexto em que surge a Gestão Democrática

A Gestão Democrática teve o início do seu contexto histórico e social a partir da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 a qual se tornou um marco importante, visto que, eleva a educação como um direito fundamental a todos, sendo a partir desse momento que a educação deixa de ser ofertada de forma elitista e busca expandir sua oferta.

Contudo a história nos mostra que apenas aumentar a disponibilidade de ensino não era suficiente, de modo que, em 1996 entra em vigor a Lei das Diretrizes e Bases da Educação, equilibrando a administração e gestão, além de orientar e fiscalizar, sendo assim, a Lei “postulou que trabalhadores docentes passassem a ter a obrigação legal de participar da gestão da escola, da formação dos Projeto Político Pedagógico e da representação junto aos conselhos escolares”.¹¹

Dessa forma, a Gestão democrática surge como um modo de administração, ao possibilitar independência aos estados no que compete a suas peculiaridades e formas de administração ,e, também a participação de educadores vinculados a comunidade escolar.

¹⁰SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>

¹¹PRETUCI DOS SANTOS ROSA, Camila, MARQUES ZANATA, Eliana e MARQUES, Antônio Francisco: Gestão Democrática e suas implicações no ambiente educacional. P. 2, disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/gestao-democratica-e-suas-implicacoes.pdf&ved=2ahUKEWjxpfqJqpjeAhWStIkKHb4MDvgQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw0xpH65OLF1MByZHJ1pzp5y>

2.2 Como a Gestão Democrática deve ser aplicada no ambiente escolar público.

Para que a Gestão Democrática seja efetiva é fundamental, primeiramente, que o modelo de educação formal possibilite a inserção da comunidade dentro do ambiente escolar, sendo primordial que, além de propostas eficientes estas motivem a participação comunitária, para que todos os envolvidos no processo compreendam sua relevância nesse processo, visto que: “a construção de uma democracia muito decorre do trabalho educativo realizado pela escola”.¹²

Porém para que a Gestão Democrática seja uma prática palpável, é necessário que haja o desenvolvimento de atividades didáticas e de gerenciamento fundamentadas na autonomia e na inserção de diferentes culturas, aliadas a participação não só dos educandos, mas de todos da comunidade escolar.

“...se a escola busca desenvolver valores democráticos como o respeito, a justiça, a liberdade, a solidariedade, deve, necessariamente, democratizar os métodos e os processos pedagógicos e, fundamentalmente, o relacionamento entre professor e aluno, pois, docentes que estabelecem relações horizontais com seus alunos, propiciando o diálogo sobre conteúdos e vivências, conseguem concretizar intervenções que atendem às questões individuais e coletivas. Essa atitude, além de respeitar as condições e possibilidades de cada um, contribui para a concretização de uma sociedade mais justa”¹³.

É nesse contexto em que se entende o princípio da autonomia, também fundamental ao se tratar de Gestão Democrática, visto que, este proporciona um ambiente escolar pautada na cultura da comunidade local, e, conseqüentemente, incentivando a população local a participar das decisões

¹²SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>

¹³SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>

que a afetam diretamente. O respeito as diretrizes e legislação vigente, contudo, é primordial.

A participação de todos, portanto, é o fundamento da Gestão Democrática, tal participação, contudo, envolve clareza das resoluções tomadas, visto que, se a finalidade desse modelo de ensino é o desenvolvimento de cidadania, deve se sistematizar para que possa fomentar relações pautadas na equidade de todos os responsáveis pelo processo pedagógico. É neste panorama que Sales afirma que:

“Participar é ter o poder de definir os fins e os meios de uma prática social, poder que pode ser exercido diretamente ou por meio de mandatos, delegações ou representações. Como, entretanto, no Brasil, não se tem muita tradição de vivência democrática nas diferentes instâncias (famílias, repartições, igrejas, cooperativas, partidos, cidade, utilização e preservação do meio ambiente), a participação seria mais bem traduzida como uma estratégia/pedagogia de aprender a ter poder, a se fazer tomar em consideração, a fazer valer a importância econômica, política e cultural das pessoas, categorias ou classes que estejam participando de um determinado processo social. Nesse sentido, a participação é ir definindo e redefinindo permanentemente os fins e os meios das práticas que estejam sendo desenvolvidas. Participação, portanto, é a aprendizagem do poder em todos os momentos e lugares em que se esteja vivendo e atuando”.¹⁴

Dessa forma, a participação é intrínseca da Gestão Democrática pela primeira presumir a prática do diálogo, que dentro do ambiente da comunidade em que a escola se situa, proporciona a conversação entre uma diversidade de indivíduos, afim de formar um processo coletivo. É nesse sentido em que o pluralismo é enfatizado como uma parte integrante da Gestão Escolar, por possibilitar que diferentes sujeitos se unam para uma atividade voltada ao desenvolvimento comum e uma maior qualidade no ensino.

¹⁴ SALES, I. C. Os Conselhos Municipais de Educação (Desafios da Gestão Democrática). In.: Programa Nacional de Capacitação de Conselheiros Municipais de Educação Pró-Conselho: Caderno de referência. Brasília: MEC/SEB, 2004, Apud: SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba

Sendo assim, o espaço escola deve ser um lugar que proporcione a participação de todos, ao viabilizar instrumentos e possibilite uma Gestão Democrática palpável. Para tanto, é essencial deixar o modelo tradicional de ensino, caracterizado por hierarquia e possibilitar a participação, inclusão, e, sobretudo, o exercício da cidadania e democracia sob o espaço público. De modo que:

“assim, a concretização de uma gestão escolar democrática, pressupõe atuar na perspectiva intercultural, desenvolvendo um projeto educativo intencional que busca promover a relação entre pessoas de culturas diferentes. Isso implica em efetivar uma prática pedagógica que propicie oportunidades educativas a todos, respeitando e integrando a diversidade de sujeitos. Para tanto é importante desenvolver processos educativos, metodologias e instrumentos pedagógicos que dêem sustentação à complexidade das relações que se estabelecem entre os seres humanos”.¹⁵

¹⁵BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor / elaboração Ignez Pinto Navarro... [et al.]. Brasília: MEC, SEB, 2004, Apud: SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba

3. METODOLOGIA

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa de campo na Escola Municipal Tiradentes, situada no bairro da Alexandra, município de Paranaguá e teve seu aprofundamento teórico através de pesquisa bibliográfica.

4. Considerações finais

Desse modo, esse trabalho dissertou sobre os principais aspectos de dois conceitos em pauta e de extrema relevância na contemporaneidade: a Educação Popular e Gestão Democrática.

A educação Popular refere-se a ideia de que o entendimento popular, marginalizado por décadas, possa ser inserido no currículo formal da escola, e, desse modo, incluindo também a cultura da comunidade local. Já a Gestão Democrática, visa que a comunidade participe da elaboração do currículo acadêmico, o que acarretaria no aprendizado prático dos educando sobre cidadania e democracia, assim como, aumentaria a qualidade do ensino. Essas ideias, contudo, não se mostraram eficientes na prática, visto que, baseiam-se inteiramente na participação social, fato que não ocorre. Sendo assim, a Educação Popular e a Gestão Democrática são teorias não aplicáveis pela indiferença da comunidade à escola local, visto que, embora haja ciência de que a inclusão cultural e a participação social sejam direitos, há uma completa negligência ao exercê-lo. Esses ideais, portanto, não se tornam palpáveis em meio ao exercício da educação popular, já que, seu modo de aplicabilidade é completamente dependente da participação social.

Por fim, após discorrer sobre os principais aspectos e a problemática da Educação Popular e da Gestão Democrática, é possível concluir que, apesar de serem ideias deslumbrantes na teoria, **a displicência da comunidade local a torna impraticável. Será? Ou será que para mudar não há necessidade de um exercício para melhor entender?**

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues: A educação Popular na Escola Cidadão. São Paulo, Editora Vozes, 2002.

FREIRE, Paulo e NOGUEIRA, Adriano: Teoria e Prática em Educação Popular, 4ª Edição. Editora Vozes, Petrópolis, 1993

MACIEL, Karen de Fátima: O pensamento de Paulo Freire na trajetória da educação popular em: Educação em Perspectiva, Viçosa, v. 2, n. 2, jul./dez. 2011. Disponível em: file:///C:/Users/Giulia%20Constantino/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/196-658-1-PB.pdf

MOURA AZEVEDO, Simone: Educação Popular na Escola Pública: Possibilidades e Limites. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/36516/000818171.pdf;sequence=1>

PRETUCI DOS SANTOS ROSA, Camila, MARQUES ZANATA, Eliana e MARQUES, Antônio Francisco: Gestão Democrática e suas implicações no ambiente educacional. P. 2, disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.marilia.unesp.br/Home/Eventos/2015/jornadadonucleo/gestao-democratica-e-suas-implicacoes.pdf&ved=2ahUKEwjxpfqJqpjeAhWStIkKHb4MDvgQFjAAegQIARAB&usg=AOvVaw0xpH65OLF1MByZHJ1pzp5y>

SANTOS GONÇALVES, Josiane: A Gestão Democrática na Escola Pública, em Artigo publicado Prefeitura Municipal de Curitiba, disponível em: <http://www.educacao.curitiba.pr.gov.br/conteudo/a-gestao-democratica-na-escola-publica/5518>